

## Contribuições de Alberto Guerreiro Ramos para o Ecodesenvolvimento

**Autoria:** Gabriel de Mello Vianna Siqueira, Lais Silveira Santos, Flavia Regina Panazzolo Maciel

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo identificar as contribuições das teorias do sociólogo Alberto Guerreiro Ramos ao enfoque do ecodesenvolvimento. Na Ciência da Administração, ambos os campos de estudo foram muito pouco explorados, apesar de sua importância para o contexto atual. A metodologia utilizada foi revisão de literatura selecionada. O trabalho está dividido em quatro partes. Na primeira parte, abordamos o debate sobre desenvolvimento e meio ambiente, em especial no que tange o ecodesenvolvimento como enfoque analítico norteador deste trabalho. A segunda parte é dedicada a uma breve contextualização de teorias cunhadas por Guerreiro Ramos, tais como a redução sociológica, a racionalidade substantiva, o paradigma paraeconômico e a teoria substantiva da vida humana associada. A terceira parte explora as conexões entre as teorias de Guerreiro Ramos e o ecodesenvolvimento com base em revisão do trabalho de autores como Sérgio Luis Boeira, Rogério Silva Tonet, Glória Maria de Pádua Moreira, José Edimilson Souza Lima, Mariluci Neis Carelli, Maria Ester Menegasso, Valdir Fernandes, Mauro Gaglietti e Fabiana Besen que perceberam a complementaridade entre estes campos de estudo, articulando as idéias de Guerreiro Ramos com grandes nomes da ciência socioambiental como Ignacy Sachs, Edgar Morin, Enrique Leff, Fritjof Capra, Humberto Maturana, Francisco Varela, Ernst Friedrich Schumacher, Ivan Illich, Nicholas Georgescu-Roegen, Patrice Sauvage, Benoît Lévesque, Bernard Pecqueur, Jean-Paul Carrière, Ademir Cazella e Paulo Freire Vieira. Por fim, a quarta parte apresenta as conclusões do artigo, que acaba por servir a um duplo propósito: por um lado, resgatar a obra de um grande intelectual brasileiro que a academia insiste em ignorar; por outro, lançar mais um tijolo no edifício teórico do ecodesenvolvimento através das contribuições de Alberto Guerreiro Ramos ao campo de estudos. É apresentado também um quadro-resumo com as principais contribuições de Guerreiro Ramos ao ecodesenvolvimento, contribuições estas que foram classificadas em a) críticas à modernidade; b) proposta de alternativa social e econômica (paradigma paraeconômico); e c) posição relativa no campo de estudos do ecodesenvolvimento. O artigo pode servir de inspiração para que outros pesquisadores adotem a abordagem substantiva da ciência em suas buscas e, desta forma, contribuam para o ecodesenvolvimento, bem como para a redenção de Guerreiro Ramos, um autor que continua sendo sumariamente ignorado pelas correntes majoritárias da ciência brasileira – apesar de ser considerado um dos sociólogos mais influentes do século XX, clássico da economia política e articulador de uma ciência transdisciplinar e sistêmica.

## 1. INTRODUÇÃO

Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982) foi um dos maiores sociólogos e estudiosos das organizações que o Brasil já gerou, considerado por Pitirim Sorokin um dos autores que mais contribuiu para o progresso das ciências sociais no século XX. Apesar da magnitude de sua obra e da abrangência de suas propostas, o mulato de origem humilde do recôncavo baiano permanece um ilustre desconhecido em seu próprio país.

Partindo da crítica à sociedade atual centrada no mercado, Guerreiro Ramos levou a cabo a tarefa de propor uma nova base epistemológica para as ciências sociais, dado que a ciência social moderna foi incapaz de criticar a si mesma e tornou-se instrumento da legitimação dos padrões econômicos como norteadores da vida humana associada.

Ele desenvolveu um método de assimilação crítica da produção científica para emancipar a sociologia brasileira da dependência local por teorias estrangeiras. Resgatou o sentido original de racionalidade – que ele qualificou de substantiva –, estabeleceu um novo modelo de ser humano pautado por esta racionalidade, que o habilitou a finalmente propor sua nova ciência social e organizacional e ainda um projeto de sociedade “multicêntrica”, na qual o mercado deixa de ser a referência totalizante onde tudo pode ser resumido pelo seu valor em moeda ou sua utilidade e se constitui apenas como um dos enclaves possíveis. Na direção da construção deste modelo de sociedade, o autor lança um novo paradigma, ao qual chamou de *Paradigma Paraeconômico*, que se caracteriza por confrontar a idéia da economia como centro de vida humana associada.

Partimos do pressuposto que a análise de Guerreiro Ramos ainda é atual na medida em que a supremacia do mercado não arrefeceu. Assim, aventamos a possibilidade de que o pensamento guerreiriano possa não apenas contribuir para a reformulação da sociologia e da administração, mas também servir de subsídio para a construção de um campo de estudos emergente nas ciências socioambientais: o ecodesenvolvimento, e suas interfaces com a teoria das organizações.

Embasado no paradigma da complexidade e na proposta de transdisciplinaridade, o ecodesenvolvimento pode ser visto como uma perspectiva sistêmica de análise e intervenção aberta à harmonização de múltiplos espectros como os ambientais, sociais, econômicos, culturais e políticos. O ecodesenvolvimento é ainda um estilo de desenvolvimento que busca soluções específicas para os problemas de cada ecorregião, levando em consideração não apenas dados ecológicos, mas também culturais, bem como as necessidades imediatas e de longo prazo. Lembramos também que a temática socioambiental, assim como os trabalhos de Guerreiro Ramos, é assunto essencial ainda pouco estudado na Administração. Da mesma forma, a dimensão organizacional também é pouco estudada em estudos socioambientais.

Diante desta problematização, nosso objetivo neste artigo é *identificar as contribuições de teorias de Alberto Guerreiro Ramos ao enfoque do ecodesenvolvimento*.

Diversos autores antes de nós assumiram o trabalho de aproximar os trabalhos de Guerreiro Ramos da problemática socioambiental (BOEIRA 2002a; MOREIRA, 2004; TONET, 2004; SOUZA LIMA, 2005; CARELLI; MENEGASSO, 2005; FERNANDES, 2007; GAGLIETTI, 2008; BESEN, 2010). Sendo assim, nossa proposta é justificável, não apenas no sentido de inserir-se em um campo de estudos ainda em construção, mas também porque esta relação entre as teorias é emergente, pois pelo que pudemos constatar, foi iniciada apenas em 2002 por Sérgio Luis Boeira.

## 2. DEBATE SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

Durante os séculos XIX e XX, houve um predomínio do desenvolvimento como sinônimo de progresso e crescimento econômico, provocando a efervescência de relações

duais e desiguais, como países pobres e países ricos, Norte e Sul, desenvolvidos e subdesenvolvidos. Essa situação ainda é vista por Sachs (2007) em sua análise sobre os últimos 50 anos do período pós-Segunda Guerra Mundial. Como consequência das transformações ocorridas em todo o mundo, o autor destaca as mudanças geopolíticas (descolonização, emancipação de países, desmoronamento do socialismo); desenvolvimento do poder tecnológico, crescimento do consumo e produção; desacoplamento da economia financeira e da economia real. Entretanto, também aponta a evolução da ciência e tecnologia; e a questão do desenvolvimento e crescimento que permanecem sendo sinônimos, manifestando-se nas disparidades sociais e um mau desenvolvimento, evidenciando, novamente, a dualidade comentada anteriormente e refletida em uma grande *crise*.

Sobre a crise, Sachs (2007, p. 253) acredita que “os países em transição devem enfrentar, simultaneamente, um desafio tríplice”, que diz respeito à estabilização da economia, a criação de instituições necessárias para que ela funcione (como o mercado) e a reestruturação do aparato produtivo. Diante da constatação que os países do Terceiro Mundo são os que mais se enquadram nessas necessidades, incorporando a ideologia pelo consumo e produção, além de se espelhar em países ditos “do Norte”, Sachs (2007) aponta algumas propostas elaboradas por Kothari para uma reavaliação dessas condições. Entre as principais propostas estão: “ênfase colocada na necessidade de se considerar o emprego uma variável-chave das estratégias do desenvolvimento. Uma política adequada de emprego, elaborada a partir dos dados locais, aparece como elemento fundamental das políticas públicas de desenvolvimento” (SACHS, 2007, p. 260).

Como um dos pontos de reavaliação e renovação do pensamento sobre o desenvolvimento, Sachs reforça a importância de superar o economicismo: “que ainda constitui a corrente dominante do pensamento e se traduz pela aceitação explícita ou implícita da teoria da percolação (*trickle down theory*), segundo a qual é a economia que está no comando” (2007, p. 40).

Sachs (2007) lembra que crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento. Entretanto, tal negação não deve ser interpretada em termos de uma oposição entre crescimento e desenvolvimento. Para o autor, o crescimento econômico, com uma nova concepção criada para minimizar os impactos ambientais negativos e posta a serviço de metas socialmente desejáveis, ainda é uma condição necessária para o desenvolvimento.

Contudo, mesmo este sendo desejável, são inúmeras as críticas lançadas ao modelo de produção e desenvolvimento contemporâneo. Neste contexto, Sachs (2007) dissemina, a partir de 1974, o conceito de ecodesenvolvimento que, em sua visão, é uma concepção alternativa para o desenvolvimento que pressupõe outro padrão de relação sociedade-natureza e sugere o aprendizado de um padrão pautado pela relação de simbiose co-evolutiva com a natureza. Sobre este conceito, Vieira (2005, p. 342) confirma-o e nos diz que

[...] o ecodesenvolvimento pode ser visto como uma tentativa de focalizar a relação sociedade natureza de uma perspectiva sistêmica consistente. Sua motivação central equivale a uma reestruturação pela base dos padrões vigentes de relacionamento entre sistemas sociais e ecossistemas, visando instituir um efetivo jogo de soma positiva.

Sachs (2007) ainda completa sua visão sustentando que o ecodesenvolvimento inclui a satisfação das necessidades sociais básicas e na promoção da equidade e não apenas no crescimento econômico; a participação da sociedade civil organizada e o fomento à autonomia das comunidades locais, atribuindo aos atores locais a capacidade de co-gerenciar de forma prudente os recursos disponíveis; a prudência ecológica e a superação da ideologia economicista.

Assim, o ecodesenvolvimento designa um enfoque participativo de planejamento e gestão de estratégias de intervenção que devem ser realizadas no cruzamento dos

ecossistemas e culturas, pois o agente de ecodesenvolvimento deve permanecer sensível à diversidade de situações em jogo e às várias soluções possíveis, sempre tentando que os interessados assumam as suas responsabilidades (VIEIRA, BERKES, SEIXAS, 2005).

Na visão de Sachs, ecodesenvolvimento pressupõe uma relação positiva com a natureza com base no tripé: justiça social, eficiência econômica e prudência ecológica. A qualidade social é pautada pela melhoria do bem-estar das populações e a qualidade ecológica pela solidariedade com as gerações futuras (BESSEN, 2010). Partimos agora para uma breve explanação das teorias de Guerreiro Ramos.

### 3. TEORIAS DE ALBERTO GUERREIRO RAMOS

Alberto Guerreiro Ramos encontrou na expansão do mercado a raiz do processo de despersonalização do ser humano na modernidade. Para eles, a ciência assumiu o papel de legitimar o *centramento* da sociedade no mercado, adotando como natural a episódica predominância da lógica mercadológica na vida humana associada.

O sociólogo adotou como conceito central de sua abordagem a redução sociológica, tendo esta expressão três significados distintos: (i) redução como método de assimilação crítica da produção sociológica estrangeira, (ii) redução como *atitude parentética*, entendida como preparação cultural da pessoa para transcender, no limite do possível, os condicionamentos circunstanciais que conspiram contra sua expressão livre e autônoma e (iii) redução como proposta de uma nova ciência social, de caráter acentuadamente pluralístico (GUERREIRO RAMOS, 1981).

Ao primeiro sentido do termo atrelou-se o seu livro de 1958, “Redução Sociológica”. Para desenvolver melhor o segundo sentido, Guerreiro Ramos criou a categoria *homem parentético*, definido como altamente preocupado com a atualização de seu potencial. Atividades que não correspondem às suas necessidades de atualização pessoal seriam conflitantes para este tipo ideal de ser humano. Assim, em conformidade com a proposta de ciência social de Guerreiro Ramos, o homem parentético é ameaçado e constrangido pelo trabalho no âmbito organizacional, por contradizer seus valores e fundamentos racionais (GUERREIRO RAMOS, 2001).

Fez-se necessária então cunhar uma distinção entre dois tipos de racionalidade: a instrumental – voltada para fins utilitários, típica de organizações econômicas – e a substantiva – orientada para a autorrealização e o entendimento, atributo que reside na psique humana (GUERREIRO RAMOS, 1981). Com base nesta distinção, Guerreiro Ramos definiu que seu homem parentético era um ser de razão substantiva, empenhado na realização de suas potencialidades humanas. Dessa forma, as noções de realização pessoal, auto-realização e crescimento pessoal são essenciais para a compreensão de homem em Guerreiro Ramos.

Estas condições e categorias essencialmente humanas serviram para que Alberto Guerreiro Ramos articulasse sua nova ciência social, com o objetivo de redimir o ser humano, libertando-o dos grilhões das organizações econômicas, e servindo de orientação para o redesenho da sociedade. Sua missão seria concluída com a publicação de “A nova ciência das organizações”, em 1981, apenas um ano antes de morrer, apresentando a expressão máxima do terceiro sentido da redução sociológica – redução como proposta de uma nova ciência social, de caráter acentuadamente pluralístico.

É nesta obra que Guerreiro Ramos desenvolve o paradigma paraeconômico, tendo como ponto de partida a constatação de que a sociedade, a partir da Revolução Industrial, tornou-se uma sociedade unidimensional, ou seja, que faz uso dos valores do mercado como sendo a única referencia para todas as atividades humanas. Desta forma, Guerreiro Ramos utiliza a expressão “sociedade centrada no mercado” querendo dizer que

nenhuma sociedade, no passado, esteve jamais na situação da sociedade desenvolvida centrada no mercado de nossos dias, na qual o processo de socialização está, em grande parte, subordinado a uma política cognitiva exercida por vastos complexos empresariais que agem sem nenhum controle. Em sociedade alguma do passado, jamais os negócios foram a lógica central da vida da comunidade. Somente nas modernas sociedades de hoje o mercado desempenha o papel de força central, modeladora da mente dos cidadãos (GUERREIRO RAMOS, 1981, p. 114).

O autor aponta os pontos básicos que delimitam a “teoria substantiva da vida humana associada”:

a) Os critérios para a ordenação das associações humanas são racionais, isto é, evidentes por si mesmos ao senso comum individual, independentemente de qualquer processo particular de socialização; b) Uma condição fundamental da ordem social é a regulação política da economia; c) O estudo científico das associações humanas é normativo: a dicotomia entre valores e fatos é falsa, na prática, e, em teoria, tende a produzir uma análise defectiva; d) A história torna-se significativa para o homem através do método paradigmático de auto-interpretação da comunidade organizada. Seu sentido não pode ser captado por categorias serialistas de pensamento; e) O estudo científico adequado das associações humanas é um tipo de investigação em si mesmo, distinto da ciência dos fenômenos naturais, e mais abrangente que esta (GUERREIRO RAMOS, 1981, p. 29).

Com base nesta abordagem substantiva de ciência humana, o autor propõe a idéia de uma sociedade onde os indivíduos podem escolher entre diversas possibilidades de busca da auto-realização, por meio de vários padrões possíveis de interação social onde predomina o enfoque substantivo da organização que se caracteriza pelas seguintes considerações:

a) Os limites da organização deveriam coincidir com seus objetivos. Nessa conformidade, a delimitação organizacional está, primordialmente, interessada na delimitação das fronteiras específicas da organização econômica. [...] Isso quer dizer que as organizações econômicas, tendo exigências próprias que não coincidem, necessariamente, com aquilo que é requerido pela boa qualidade da existência humana em geral, devem ser consideradas como pertencentes a um enclave conceitual e pragmaticamente limitado, dentro do espaço vital humano; b) A conduta individual, no contexto das organizações econômicas, está, fatalmente, subordinada a compulsões operacionais, formais e impostas. Assim sendo, o comportamento administrativo é intrinsecamente vexatório e incompatível com o pelo desenvolvimento das potencialidades humanas; c) A organização econômica é apenas um caso particular de diversos tipos de sistemas microssociais, em que as funções econômicas são desempenhadas de acordo com diferentes escalas de prioridades. [...]; d) Uma abordagem substantiva da teoria organizacional preocupa-se, sistematicamente, com os meios de eliminação agindo sobre as atividades humanas nas organizações econômicas e nos sistemas sociais em geral. [...] e) As situações em que os seres humanos se defrontam com tópicos relativos à própria realização adequadamente entendidas, têm exigências sistemáticas diferentes daquelas que atendem aos contextos econômicos [...] Para proporcionar esses lugares adequados, precisamos começar formulando uma tipologia de interesses humanos e dos correspondentes sistemas sociais onde tais interesses possam ser propriamente considerados como tópicos do desenho organizacional (GUERREIRO RAMOS, 1981, p. 135).

Na direção da construção deste modelo de sociedade definido acima, o autor lança um novo paradigma, ao qual chamou de *Paradigma Paraeconômico*, que se caracteriza por confrontar a idéia da economia como centro de vida humana associada.

... o padrão paraeconômico parte do pressuposto de que o mercado constitui um enclave dentro de uma realidade social multicêntrica, onde há descontinuidades de diversos tipos, múltiplos critérios substantivos de vida pessoal e uma variedade de padrões de relações interpessoais. Segundo, nesse espaço social, só incidentalmente o indivíduo é uma maximizador da utilidade e seu esforço básico é no sentido da ordenação de sua existência de acordo com as próprias necessidades de atualização

pessoal. Terceiro, nesse espaço social, o indivíduo não é forçado a conformar-se inteiramente ao sistema de valores de mercado. São-lhe dadas oportunidades de ocupar-se, ou mesmo de levar a melhor sobre o sistema de mercado, criando uma porção de ambientes sociais que diferem uns dos outros, em sua natureza, e deles participando. Em suma, o espaço retratado pelo padrão é um espaço em que o indivíduo pode ter ação adequada, em vez de comportar-se apenas de maneira que venha a corresponder às expectativas de uma realidade social dominada pelo mercado (GUERREIRO RAMOS, 1981, p.141-142).

A compreensão da representação do paradigma paraeconômico, inicialmente, abrange duas dimensões nas quais os tipos de organizações enquadram-se:

a) *Orientação Individual e Orientação Comunitária*: a auto-realização do indivíduo pode ser buscada em vários tipos de ambientes convivenciais, onde o tamanho da comunidade, em número de pessoas pode variar, sendo alguns grandes ou de moderado tamanho e outros de pequenas dimensões.

b) *Prescrição e ausência de normas*: a prescrição de normas ou a ausência destas acabará por condicionar a auto-realização do indivíduo, por estar diretamente ligada a sua autonomia. Existe uma relação inversamente proporcional entre o nível prescritivo de determinada organização e as oportunidades de realização pessoal. Isso parece evidente em ambientes altamente normatizados, notadamente as burocracias. A prescrição de normas na maioria das vezes significa a restrição de ação do indivíduo, reduzindo a possibilidade de escolha pessoal.

Neste sentido, Guerreiro Ramos (1981) apresenta os tipos *anomia e motim*; a *economia*; a *isonomia*; a *fenonomia* e o *isolado*. No entanto, conforme lembra o autor, estes tipos organizacionais são tipos ideais e, como tal, não serão encontrados em sua forma pura na sociedade, coexistindo na maioria das vezes como formas mistas.

A **economia** é um espaço altamente prescritivo, em que o cálculo de conseqüências usualmente é sinônimo de razão, isto é, razão de cálculo. É um contexto organizacional altamente ordenado, estabelecido para a produção de bens e/ou para a prestação de serviços.

Na **isonomia** se exercita o convívio próprio para a ocupação. Guerreiro Ramos (1981, p.151) a concebe como “Uma verdadeira comunidade, onde a autoridade é atribuída por deliberação de todos”.

Já o espaço da **fenonomia**, caracteriza-se como uma oportunidade para o exercício da realização pessoal; no entanto, “embora interessado em sua própria singularidade, o membro da fenonomia tem consciência social” (GUERREIRO RAMOS, 1981, p.152), sua opção não significa o abandono da sociedade, mas tornar outros indivíduos sensíveis a possíveis experiências que são capazes de partilhar ou de apreciar.

Deve ser salientado, ainda, que da forma como estão conceituados no paradigma, não se espera que os enclaves existam em partes segregadas do espaço físico, pois, conforme Guerreiro Ramos (1981, p.146) afirma, “economias, isonomias, fenomenias e suas formas mistas caracterizam-se por seus estilos específicos de vida e, eventualmente, podem ser encontradas em vizinhança física.” Assim, a lógica dos dois vetores permite uma infinidade de arranjos intermediários, além dos tipificados.

Encerrada esta breve apresentação das teorias guerrerianas, passamos agora para a tarefa de enunciar as conexões entre o autor e o enfoque do ecodesenvolvimento.

#### 4. CONEXÕES ENTRE AS TEORIAS DE GUERREIRO RAMOS E O ECODESENVOLVIMENTO

Nossa empreitada agora é apontar as convergências e divergências entre a proposta do ecodesenvolvimento e as teorias de Guerreiro Ramos, para assim contribuir com a construção do campo de pesquisas socioambientais. Para isso, utilizaremos como método principal a

revisão bibliográfica de trabalhos que, antes de nós, já identificaram a complementaridade entre as propostas guerrierianas e a problemática socioambiental. Assim, em cada subitem desta sessão, apresentaremos uma breve sistematização das principais idéias contidas em cada trabalho, além de pontuar críticas, conexões que os autores negligenciaram e as interconexões entre os próprios trabalhos. Fomentaremos assim a articulação das idéias de Guerreiro Ramos com as de nomes importantes para as ciências socioambientais.

De fato, a problemática ambiental está presente tanto no diagnóstico da crise da modernidade realizada por Guerreiro Ramos quanto na sua proposta de delimitação dos sistemas sociais, conforme expresso nas palavras do próprio autor:

Os resultados atuais da modernização, tais como a insegurança psicológica, a degradação da qualidade da vida, a poluição, o desperdício à exaustão dos limitados recursos do planeta, e assim por diante, mal disfarçam o caráter enganador das sociedades contemporâneas (GUERREIRO RAMOS, 1981, p.22).

Fica claro que o sociólogo baiano fazia um diagnóstico apurado da problemática socioambiental no início da década de 1980. Entre as fontes utilizadas por ele figuram nomes como Ernst Friedrich Schumacher, Ivan Illich e Nicholas Georgescu-Roegen. Podemos perceber a influência destes autores nas propostas guerrierianas, como no trecho a seguir:

A produção de bens e serviços deveria ser promovida mediante o máximo uso de recursos renováveis e o mínimo uso razoável dos não-renováveis. A escassez dos recursos não-renováveis não é de natureza temporária e tratar sua utilização e alocação em termos de mecanismos de mercado, isto é, como se devessem ser apreçados de acordo com a lei clássica da oferta e da procura, é uma ilustração da regra utilitário-hedonista do *après moi le déluge*. Na realidade, qualquer parcela de recurso não-renovável usada no processo de produção estará acabada para sempre, fato que diz alguma coisa sobre o caráter exauridor dos macrossistemas contemporâneos. (...) Se a utilização desses materiais continuar nas proporções atuais, logo a humanidade estará privada de seu uso. Em consequência dos padrões de produção e consumo que prevalecem, o mundo contemporâneo vê-se diante de uma taxa sem precedentes de absoluta escassez ecológica, cujo aumento exponencial poderá acelerar o colapso termodinâmico do planeta, que, efetivamente, é afinal inevitável, num determinado ponto do tempo. O paradigma paraeconômico leva em consideração não apenas a termodinâmica da produção, mas também seus aspectos externos sociais e ecológicos (GUERREIRO RAMOS, 1981, p.190).

No entanto, pelo que pudemos constatar, foram necessários exatos vinte um anos até que o primeiro trabalho centrado nas ciências socioambientais viesse explorar a complementaridade entre as teorias de Alberto Guerreiro Ramos e a proposta ecodesenvolvimentista, reconhecendo a importância do autor para a construção de uma ciência apta a lidar com a problemática ambiental atual.

### 3.1. Guerreiro Ramos, clássico da ecologia política

Sérgio Luis Boeira (2002a) em seu artigo “Ecologia Política: Guerreiro Ramos e Fritjof Capra”, publicado na revista *Ambiente & Sociedade*, foi pioneiro ao estabelecer uma comparação entre “A nova ciência das organizações” de Guerreiro Ramos (1981) e “Ponto de Mutação” de Fritjof Capra (1982). Boeira levanta a hipótese de que os autores, apesar de suas formações acadêmicas muito diferentes, chegaram a resultados muito semelhantes nestas obras, a partir de um mesmo paradigma emergente. O autor identifica sete principais pontos de convergência entre as duas obras, sendo eles:

1. Tanto Capra quanto Ramos fazem críticas contundentes e consistentes às sociedades industriais nascidas da Revolução Industrial no século XVIII. Eles partem, porém, de ângulos um pouco diferentes e enfatizam diferentes aspectos. Ambos fazem a crítica do Iluminismo. Ramos identifica nele a instituição da razão instrumental e Capra, o mecanicismo. Há uma nítida familiaridade entre eles, uma vez que a razão instrumental desequilibra a mente humana no sentido da valorização

unilateral do que é útil exclusivamente ao indivíduo, e os pressupostos mecanicistas separam corpo e mente, concebendo o Universo como uma imensa máquina.

2. Os dois autores referem-se a Marx com muito cuidado, embora o marxismo não seja o tema central de suas análises. Ramos afirma que Marx foi influenciado pelo Iluminismo ao atribuir à história uma racionalidade que só é realmente passível de realização por seres individuais. Capra vê um Marx não-materialista, que se aproxima da cultura emergente em muitos aspectos. Há, porém, um desacordo básico entre os referenciais de Marx e os de Capra. A violência na história é a questão central que os afasta. Capra mostra que os conflitos acontecem num contexto de complementação e cooperação.

3. A economia é um dos temas que mais aproxima as duas obras e os autores em questão. Ambos criticam a supervalorização da dimensão econômica e a expansão totalitária dos valores de mercado. Têm em E.F. Schumacher um referencial comum. Defendem a economia dual, cooperativista e o valor de uso – o que implica em descentralização (ênfase de Capra) e delimitação (ênfase de Ramos) do espaço-tempo da vida econômica. A regulamentação da economia por uma política ecológica (ou ecologia política) é o ponto básico e comum entre eles.

4. Quanto ao enfoque epistemológico, cabe destacar que a ciência é compreendida pelos autores como uma atividade que exige sobretudo equilíbrio entre razão e intuição. Contestam fortemente os fundamentos da ciência contemporânea, propondo e construindo um novo paradigma, chamado de paraeconômico por Ramos e de sistêmico por Capra. Ambos tomam como referência a teoria geral dos sistemas (Bertalanffy).

5. Valores ecológicos, no sentido da reflexão ética, são um ponto de partida para a ciência crítica e para a política. Os autores defendem a prioridade da mudança no sistema de valores como fator de mudança social e histórica. A normatividade da razão é enfatizada por Ramos, e a aproximação com o misticismo é enfatizada por Capra. A integração, a dinamicidade, a criatividade, o equilíbrio e a auto-organização nos contextos naturais são alguns dos valores comuns entre ambos. Ramos sugere permanência e Capra sugere ordem, em sentidos nada convencionais.

6. A relação entre tecnologia e recursos naturais é algo que aproxima muito os autores a partir de um referencial comum na ecologia. Ambos defendem a utilização parcimoniosa e racional dos recursos não-renováveis, assim como a utilização urgente e intensa de tecnologias brandas, de baixo impacto ambiental. Capra vai mais longe e faz um breve apanhado destas tecnologias (suaves) existentes, além de anunciar o surgimento de outras a partir de descobertas científicas. Ele entende que estamos em transição (certamente de longo prazo) para a Idade Solar (com o domínio da utilização da energia solar sobre as demais).

7. Indivíduos e pequenos grupos são os agentes de mudança social, ao lado da articulação de um novo sistema de valores. No entanto, Ramos preocupa-se com os cenários e os sistemas sociais aptos à cultura emergente, enquanto Capra percebe a necessidade de mostrar as interconexões dos propósitos de vários movimentos sociais e mudanças acadêmicas. Capra imagina que esta percepção de novos valores, se contar com uma reestruturação coerente, poderá deflagrar uma rápida mudança de paradigma social, a qual seria acompanhada de mudanças sociais efetivas e imprevisíveis. (BOEIRA, 2002a, p.3-4)

Boeira situa assim as obras de Capra e Guerreiro Ramos como clássicos da Ecologia Política. Era natural que surgissem outros estudos abordando a interface entre a teoria guerrieriana e as ciências socioambientais. Após o hiato de um ano, os trabalhos de Tonet (2004) e Moreira (2004) deram continuidade à tarefa.

### 3.2. Paradigma paraeconômico e Desenvolvimento Local

Em sua dissertação, Rogério Silva Tonet (2004) tomou por base o paradigma paraeconômico desenvolvido por Guerreiro Ramos para a análise de organizações dentro do contexto da economia plural e do desenvolvimento local. Para isso, ele estabeleceu diversos pontos comuns entre Guerreiro Ramos e o defensor do ecodesenvolvimento Ignacy Sachs. O

primeiro deles é a crítica do papel central do mercado na vida humana associada. Este item está de acordo com o que Boeira (2002a) observou quando contrapôs Guerreiro Ramos e Fritjof Capra. Agora Tonet (2004) demonstra que Sachs também está no rol de autores que criticam a hipertrofia do mercado. Sachs (1986 apud TONET 2004) considera a sociedade industrial como tendenciosa ao totalitarismo uniformizador de cunho técnico-econômico, e entende o mercado como forma de escravidão imposta pela manipulação das necessidades em nome de um falso interesse geral.

O segundo ponto de convergência identificado por Tonet (2004) também está de acordo com o que Boeira (2002a) verificou: tanto Guerreiro Ramos quanto os autores do ecodesenvolvimento tem ressalvas a Karl Marx. No tocante ao papel das empresas capitalistas no modelo idealizado, tanto Guerreiro Ramos quanto Sachs discordam de Marx, pois não consideram necessária a extinção do mercado. Enquanto Guerreiro Ramos defende que a sociedade multicêntrica não pode prescindir da notória eficiência do mercado, reconhecendo que este é um enclave legítimo da sociedade que deve ter seu tamanho e sua influência drasticamente reduzida, Sachs acredita que deve existir um desenvolvimento para além do mercado, e não sem o mercado, apostando numa combinação viável entre economia e ecologia.

O terceiro elemento que Tonet ressalta em sua análise é a necessidade de uma nova consciência ou racionalidade. O autor apresenta o conceito de racionalidade substantiva de Guerreiro Ramos, relacionando-o com a proposta de racionalidade ambiental de Enrique Leff e a idéia de estilos de vida de Ignacy Sachs.

A possível desconstrução da racionalidade capitalista e a construção de uma racionalidade ambiental passa, pois, pelo confronto de interesses opostos e pela conciliação de objetivos comuns de diversos atores sociais (LEFF, 2001 apud TONET 2004)

A racionalidade ambiental é definida por Leff não como expressão de uma lógica, mas sim como efeito de um conjunto de interesses e de práticas sociais que articulam ordens materiais diversas que dão sentido e organizam processos sociais através de certas regras, meios e fins socialmente construídos. Boeira (2002b) em uma resenha da obra de Leff, já havia questionado se não seria o caso de falar de uma racionalidade "socioambiental", devido à sua expressão acontecer justamente na dimensão sociopolítica. De qualquer maneira, a definição se aproxima muito de um dos elementos constituintes da racionalidade substantiva de Guerreiro Ramos: o debate racional.

Uma descoberta fundamental, resultante da herança de ensinamentos dos pensadores clássicos, é a de que é o debate racional, no sentido substantivo, que constitui a essência da forma política de vida, e também o requisito essencial para o suporte de qualquer bem regulada vida humana associada, em seu conjunto (GUERREIRO RAMOS, 1981, p.27)

Já Sachs (1986 apud TONET 2004) fala sobre a lógica das necessidades e estilos de vida diversificados, uma vez que o ethos capitalista da maximização dos valores de troca não constitui a única opção possível, e que os desafios substantivos e as soluções para a crise instalada residem em contextos culturais, históricos, econômicos, político-sociais e ecológicos, portanto baseados em valores sobre os quais a lógica capitalista não dá conta.

O quarto elemento de convergência entre Guerreiro Ramos e Ignacy Sachs identificado por Tonet (2004) é valorização de formas alternativas de ocupação, emprego e renda. Guerreiro Ramos faz uma distinção entre trabalho e ocupação e sustenta que esta última permite a autorrealização. Em consonância, Sachs fala de atividades “fora” e “dentro” do mercado.

O quinto item elencado por Tonet é o enfoque de Guerreiro Ramos e Sachs nas formas alternativas de organização. Enquanto o brasileiro propõe as isonomias e fenonomias, além da

delimitação do mercado, o francês ressalta a importância do equilíbrio entre as esferas do estado, mercado e sociedade civil.

Em sexto lugar, Tonet enfatiza que Guerreiro Ramos possui como uma de suas preocupações principais a ecologia e os limites ecológicos, temáticas que são o cerne do ecodesenvolvimento de Sachs e Leff.

O sétimo elemento de convergência entre os ecodesenvolvimentistas e Guerreiro Ramos é a preocupação com o consumo, desejo e a necessidade humana.

O consumo dentro dos limites de necessidades humanas finitas, a produção limitada, constituíam a meta da economia instituída nas sociedades pré-capitalistas” e que Aristóteles, já em sua época, “advertia contra a proliferação das necessidades socialmente introduzidas, estabelecendo uma distinção entre riqueza natural e artificial (GUERREIRO RAMOS, 1981, p.35).

De acordo, Sachs defende que as necessidades humanas também devam ser limitadas, e propõe a imposição do autocontrole sobre as necessidades e desejos humanos. Reforça ainda que as necessidades fundamentais não se reduzem a uma razão elementar de alimentos, de cuidados médicos e um teto sobre a cabeça. As reais necessidades humanas são ao mesmo tempo de ordem material e imaterial e existem em oposição à acumulação desenfreada de bens. Esta proposição de Sachs parece estar em completo acordo com a racionalidade substantiva (GUERREIRO RAMOS, 1981) como ordenadora ética e centrada na autorrealização e satisfação social e ambiental.

Como contribuições subsidiárias, Tonet (2004, p. 75-6) explicita:

Sachs ainda concorda com Guerreiro Ramos, quando explica a dicotomia do trabalho formal/informal, tão comum e tão discutida no Brasil. Sachs (2003 apud TONET 2004) declara que a simples dicotomia formal/informal não serve para explicar ou medir a economia real. Inicialmente seria um problema a própria medição destes aspectos, já que existe uma diversidade de metodologias, seja do IBGE ou da Organização Internacional do Trabalho ou do Ministério do Trabalho. Outra dificuldade, também apontada por Guerreiro Ramos é a não inclusão nos cálculos governamentais do trabalho doméstico, ou de vendedores ambulantes, de trabalhadores em tempo parcial, sacoleiras, revendedores de cosméticos, vigilantes que não trabalhem em empresas formais, e de outras diversas formas. Esta distorção ocorre até mesmo devido aos objetivos dessas pesquisas, normalmente orientadas pela visão estreita do mercado e pela razão instrumental.

Na busca de solucionar este problema, Sachs (apud TONET 2004) propõe uma distinção de quatro modos de produção que coexistem: economia doméstica, economia proto e pré-capitalista, economia capitalista de mercado, economia solidária. Tonet estabelece uma correlação entre os modos de produção de Sachs e a tipologia do paradigma paraeconômico: as economias proto e pré-capitalista de Sachs são equivalentes à fenonomia, bem como a economia doméstica, enquanto a economia solidária equivale à isonomia e a economia capitalista de mercado é chamada simplesmente de economia na teoria da delimitação dos sistemas sociais.

### 3.3. A redução sociológica do desenvolvimento humano durável

Já Glória Maria de Pádua Moreira (2004) apresentou no mesmo ano de Tonet (2004) uma aplicação do método da *redução sociológica* de Guerreiro Ramos (1996) em sua tese de doutorado em Psicologia da UFRJ e vinculada ao programa EICOS (Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social). O trabalho, intitulado “Por uma ecologia social: uma aproximação da noção de desenvolvimento aos princípios éticos do desenvolvimento humano durável”, consiste no exercício de assimilação crítica da produção estrangeira, defendendo assim

o necessário engajamento do intelectual com o seu contexto, a importância de, antes de receber qualquer afirmação provinda da produção científica estrangeira,

considerá-la subsidiária à sua própria produção intelectual e a de seus compatriotas, pois essa é o “conteúdo objetivo de um ato intencional” (RAMOS, 1996, apud MOREIRA, 2004). De um lado, como fazemos parte da cultura ocidental porque colonizados por ela, não podemos deixar de reconhecer a universalidade dos enunciados gerais da ciência; de outro, qualquer sociedade que se estude encontra-se em uma determinada etapa de desenvolvimento humano, e é mediante o esforço de entendimento desta situação e seu contexto que se poderá entender os problemas que aí encontramos. (MOREIRA, 2004, p.147-8)

Sua pergunta de pesquisa “Como um intelectual de país periférico deve olhar a sua situação tendo em vista que é originário de uma antiga colônia que recebeu os representantes da cultura ocidental?” foi respondida por meio da crítica de autores como Claude Lévy-Strauss, Gilbert Rist, Henri Bartoli, Humberto Maturana, Edgar Morin, Ignacy Sachs e outros, oferecendo o que ela define como “um esboço de princípios para um Desenvolvimento Humano Durável” condizente com a realidade brasileira e fundamentada em princípios universais. Sua abordagem inovadora abriu caminho para novos trabalhos que explorassem a problemática socioambiental recorrendo às teorias guerrerianas.

#### 3.4. A racionalidade substantiva e o debate socioambiental

José Edimilson Souza Lima (2005) em sua tese de doutorado “As racionalidades substantivas no debate socioambiental e na gestão das águas: indagações epistemológicas” apresentada ao programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade do Paraná, explicita a presença da racionalidade substantiva no debate socioambiental contemporâneo e nas experiências alemã e francesa de gestão das águas. Para isso, recorre a matrizes epistemológicas e metodológicas centradas na complexidade dos sistemas vivos.

Para ele, a noção de racionalidade substantiva de Guerreiro Ramos não é suficiente para o enfrentamento das temáticas socioambientais por ser uma categoria atribuída exclusivamente à espécie humana e centrada apenas no sistema sociocultural. Na sua visão, o conceito de racionalidade guerreriano é “fechado”. Com isso, o autor segue a sugestão do filósofo Edgar Morin de adotar a “racionalidade aberta”, combinada também com a “racionalidade ambiental” de Leff.

De acordo com Boeira (2002) que percebeu a crítica a modernidade como aspecto central das obras da sociologia guerreriana e da física capriana, Souza Lima identifica que a crítica de Guerreiro Ramos à sociedade centrada no mercado também se estende à temática socioambiental, situando o sociólogo ao lado de Enrique Leff (*apud* SOUZA LIMA, 2005).

Leff (*apud* SOUZA LIMA 2005) fala também da necessidade do princípio da “precaução” face à “migração” de conceitos de um domínio para outro. Ele admite a importação de conceitos desde que eles sejam reelaborados a partir da especificidade do saber importador. Apesar de Souza Lima não atentar para este fato, percebemos que a prudência de Leff quanto à migração de conceitos está de acordo com Guerreiro Ramos, que expôs sua preocupação tanto na sua proposta de *redução sociológica* mencionada anteriormente quanto na *nova ciência das organizações* conforme fica explícito no capítulo 4 da referida obra “Colocação Inapropriada de Conceitos e Teoria da Organização”:

Embora a deslocação de conceitos possa constituir um meio valioso, profícuo e legítimo de formulação teórica, pode muito facilmente degenerar numa colocação inapropriada de conceitos. A colocação inapropriada de conceitos contamina, presentemente, o campo da teoria organizacional (GUERREIRO RAMOS, 1981, p. 134).

Um ponto de convergência entre Leff e Guerreiro Ramos que Souza Lima (2005) não deixou escapar foi a crítica de ambos às ciências sociais, idênticas no que diz respeito à submissão da academia aos ditames do mercado. Guerreiro Ramos ainda ousa ir mais longe ao afirmar que a ciência, ao adotar pressupostos epistemológicos de forma acrítica, acaba não

só por se subordinar ao mercado, mas também por legitimá-lo.

Em consonância com Boeira (2002a), Souza e Lima (2005) faz também um diálogo com Fritjof Capra. Para explicitar o conceito e a natureza dos sistemas vivos, Capra (2002) recorre a dois quadros de referências distintos, porém complementares. O primeiro é o da autopoiese, de Maturana e Varela, que ajuda a explicar a dimensão interna ou autogeradora de um sistema vivo. O segundo é o das estruturas dissipativas, de Prigogine, que auxilia na explicação do domínio externo do mesmo sistema vivo.

Da complementaridade entre a dimensão fechada ou autopoietica (autocriadora) do sistema vivo e a dimensão aberta, emergem as condições não de equilíbrio, mas de estabilidade para o mesmo. Da complementaridade citada emerge, espontaneamente, a vida como expressão máxima do metabolismo próprio e autônomo de todo e qualquer sistema vivo (SOUZA LIMA, 2005, p.31).

Souza Lima não se dá conta deste fato, mas a relação dialética que Capra estabelece entre a autonomia do ser vivo e sua dependência do meio está em consonância com as preocupações de Guerreiro Ramos a respeito da tensão entre indivíduo e sociedade.

O conflito entre o indivíduo e os sistemas sociais projetados é permanente e inevitável, e só pode ser eliminado pela morte do ser humano ou por sua paralisia, mediante exagerada adaptação às condições sociais exteriores (GUERREIRO RAMOS, 1981, p.98)

Fica claro, que Capra faz sua proposição no âmbito da vida como um todo, enquanto Guerreiro Ramos se restringe apenas à categoria humana. O físico adota como referencial de sua investigação o sistema natureza, dada sua formação de cientista natural, mas suas conclusões convergem com o centramento na dimensão sociopolítica verificado tanto na racionalidade substantiva de Guerreiro Ramos quanto na racionalidade ambiental de Leff:

Se o ponto de partida de Capra é o sistema natureza, por ele considerá-lo esse exemplo cabal de sustentabilidade, seu ponto de chegada é o sistema sociedade com todo seu poderio ameaçador sobre a preservação da vida no Planeta. A prova de que o ponto de chegada é o sistema sociedade reside na admissão de Capra de que se a crise é de “percepção”, a solução não pode ser buscada nem no sistema natureza per si, nem no sistema técnico, mas no sistema sociopolítico. É nesse último que estão postas as possibilidades de escolha, a ética, portanto (SOUZA LIMA, 2005, p.32).

Souza Lima (2005) complementa essa discussão com a visão de Morin a respeito da dialética autonomia/dependência como faces de uma mesma moeda: o aumento da autonomia acarreta no aumento da dependência do sistema vivo em relação ao ambiente. No entanto, Morin leva em conta os antagonismos inevitáveis entre sistemas vivos e ambiente. Para isso, ele faz a dependência decorrente da autonomia da subordinação, esta sim constrangedora para o sistema vivo. Isso está de acordo com a posição de Guerreiro Ramos em sua análise da tensão indivíduo/sociedade. O mesmo pode ser constatado em Capra:

Para Capra, é no sistema sociedade que está contida a percepção de que existência e escolha são faces de uma mesma moeda. A “escolha”, no sistema natureza, não é igual à escolha no sistema sociedade, uma vez que no sistema natureza ela tende a ser orientada fundamentalmente para a sustentabilidade das condições de existência. Mesmo sem conter qualquer intencionalidade ou planejamento prévio, no sistema natureza a “escolha” tende a preservar as condições de existência. É a luta pela vida. No sistema sociedade, paradoxalmente, as escolhas podem até negar as condições de existência. A materialização da sociedade por meio de suas escolhas pode, assim, comprometer a própria materialidade (SOUZA LIMA, 2005, p.80).

Em suma, ao tomar como referências as abordagens de Leff, Capra e Morin, Souza Lima (2005) encontra alguns pontos comuns, mas considera a proposta de racionalidade substantiva de Guerreiro Ramos insuficiente para abordar os problemas socioambientais por dois motivos: 1) a não superação do dualismo natureza/sociedade devido ao centramento no sistema sociedade; e 2) a exclusividade da razão como atributo da espécie humana. Refutamos ambas as proposições.

Começando pela segunda afirmação, Souza Lima considera que os sistemas vivos não humanos orientam sua existência por meio da “auto-organização” que é uma expressão materializada das “racionalidades próprias” ao sistema vivo em questão. A nosso ver, esta é uma interpretação exclusiva do autor da tese, não estando presente nas obras de Leff, Capra e Morin. Os autores que serviram de subsídio para o trabalho de Souza Lima não contradizem Guerreiro Ramos em nenhum momento com relação à exclusividade do atributo racional ao ser humano.

Quanto à separação entre natureza e sociedade, não podemos condenar a análise de Guerreiro Ramos ao dualismo simplesmente porque este se dedicou à sociedade, já que o próprio Capra acaba por concluir que a solução para a crise socioambiental não se dará no sistema natureza, mas sim no sistema sociedade. O próprio conceito de racionalidade ambiental de Leff também recai na sociedade, não no ambiente.

A tese de Souza Lima comprova que a presença da racionalidade substantiva nas experiências de gestão das águas, embora não determinantes, são decisivas à compreensão do possível êxito socioambiental e socioeconômico das localidades envolvidas. Ele desenvolve assim um modelo de análise substantivo das experiências de gestão das águas. E reforça a possibilidade de relacionar as teorias guerrierianas à problemática socioambiental.

### 3.5. Paradigma paraeconômico e gestão ambiental pública

Mariluci Neis Carelli e Maria Ester Menegasso (2005) adotaram em seu artigo “A profissionalização da gestão ambiental pública: bases epistemológicas” um referencial teórico que incorpora o paradigma paraeconômico, a ecologia política, o pensamento sistêmico e o paradigma da complexidade. Segundo as autoras, os dois pontos de convergência percebido entre estas teorias são: (1) a contraposição ao reducionismo da ciência, do modo de vida urbano-industrial e da sociedade de mercado; e (2) a proposta de alternativa social e econômica, seja na forma do ecodesenvolvimento, seja na forma de delimitação dos sistemas sociais.

As autoras consideram ainda que o paradigma paraeconômico é fundamental para a compreensão do fenômeno da profissionalização da gestão ambiental pública, situando a teoria de Guerreiro Ramos no mesmo nível de importância do paradigma da complexidade, da ecologia política, do pensamento sistêmico e do ecodesenvolvimento.

Para elas, a educação para gestão ambiental precisa agregar as dimensões natureza, cultura e tecnologia sob o ponto da racionalidade substantiva e, portanto, ambiental. Para isso, é necessário

transpor a mercantilização da natureza sob o domínio total do mercado, a ordenação da vida social, na conformidade da “psique humana” que longe de se tornar um mero ambientalismo, insere-se no processo cultural de pertença planetária, incorporando a ordem cósmica e à criação de sentido e significado, na designação da complexa relação homem & natureza (CARELLI E MENEGASSO, 2005, p.14-5)

A base epistemológica da gestão ambiental indicada por elas pressupõe método, habilidades e atitudes relativos à gestão ambiental substantiva, levando em conta a interdependência entre o pessoal, social, político, econômico e o planetário. A gestão ambiental deve estar centrada na perspectiva das múltiplas interações nas dimensões auto-organizativa (MORIN, 1984, 1988 apud CARELLI E MENEGASSO, 2005) e multicêntrica (GUERREIRO RAMOS, 1981).

A principal contribuição de Carelli e Menegasso é trazer para o debate socioambiental a questão da gestão pública, utilizando o paradigma paraeconômico de Guerreiro Ramos para operacionalizar sua proposta.

### 3.6. Racionalidade substantiva e racionalidade ambiental

Seguindo os estudos de Tonet (2004) e Souza Lima (2005), Valdir Fernandes (2007) também apresentou em sua tese de doutorado “A dimensão ambiental em organizações produtivas: uma análise da racionalidade na economia de comunhão (EDC)” ao programa de pós-graduação em engenharia ambiental da UFSC a convergência entre a racionalidade substantiva de Guerreiro Ramos e a racionalidade ambiental de Enrique Leff. No entanto, ao contrário de Souza Lima, e de acordo com Tonet, Fernandes não verificou grandes divergências entre as duas propostas de racionalidade, ressaltando apenas as convergências.

No estudo das economias de comunhão, Fernandes (2007) se apóia em Leff para afirmar que a racionalidade ambiental transita entre a racionalidade substantiva e a instrumental:

A racionalidade ambiental não pode ser definida tão-somente em termos de sua racionalidade substantiva, mas se funda em princípios materiais e em processos produtivos que dão suporte aos valores qualitativos que orientam a reconstrução da realidade (LEFF, 2001, apud FERNANDES, 2007, p.79)

Fernandes conclui que a internalização da dimensão ambiental – a racionalidade ambiental – nos processos de produção de conhecimento não deve seguir apenas a lógica instrumental da internalização das externalidades ambientais nos processos produtivos, conforme propõe a economia neoclássica, mas também a lógica substantiva como algo inerente. Isso está em conformidade com a proposta de Guerreiro Ramos (1981). Assim, Fernandes desenvolveu a temática da racionalidade ambiental conjugada com a racionalidade substantiva.

### 3.7. A nova ciência das organizações e a autopoiese

O historiador Mauro Gaglietti (2008) em seu breve artigo intitulado “Guerreiros Ramos e o paradigma da *autopoiese*: um anúncio na história intelectual brasileira”, traz mais algumas contribuições ao tema ao situar “a nova ciência das organizações” de Guerreiro Ramos no âmbito da *autopoiese* de Varela e Maturana. Em uma perspectiva historicista, Gaglietti considera que o paradigma paraeconômico equivale ao sistêmico e acredita que o sociólogo baiano colaborou para a travessia transdisciplinar e sistêmica entre ciências naturais, humanas e sociais. A principal contribuição de Gaglietti foi resgatar o papel de Guerreiro Ramos na abertura das ciências para a emergência de novos paradigmas ambientais.

### 3.8. Paradigma paraeconômico e o Desenvolvimento Territorial Sustentável

O estudo de Fabiana Besen (2010) deu continuidade à metodologia e à posição teórica articulada por Tonet (2004). No entanto, a autora deu um passo a frente de seu antecessor, deslocando a problemática do desenvolvimento local para o desenvolvimento territorial sustentável (DTS).

Ela utilizou os mesmos pontos convergentes identificados por Tonet (2004): a crítica à redução da economia ao mercado; as formas alternativas de ocupação; a diversidade de tipos organizacionais; a preocupação ecológica e a racionalidade baseada em valores. Para operar o deslocamento do conceito de desenvolvimento local para desenvolvimento territorial sustentável, Besen (2010) recorreu a Patrice Sauvage, Ignacy Sachs, Benoît Lévesque, Bernard Pecqueur, Jean-Paul Carrière, Ademir Cazella e Paulo Freire Vieira.

Assim, inserimo-nos no rol de autores que recorrem a Guerreiro Ramos para ajudar na elaboração do conceito de ecodesenvolvimento. As afinidades são inúmeras, conforme demonstramos. O próprio autor deixava claro que seu interesse na questão ambiental ocupava papel central no seu projeto de nova ciência e de nova sociedade. Não é de surpreender que nos deparássemos com uma citação profética como esta em sua última obra:

Há hoje em dia uma difundida preocupação com o problema dos recursos finitos. Na realidade, é fato que numerosos recursos físicos de crucial importância, de que o

sistema de mercado necessita para que possa continuar operando, são de caráter não-renovável e podem exaurir-se a longo prazo. Mas a compreensão predominante desse problema é deformada. Tem sido interpretada, por exemplo, como conducente a limites ao crescimento. Isso é uma qualificação errônea. Na verdade, como sugerido anteriormente, um sadio conceito de recursos inclui mais do que aquilo que o mercado se inclina a definir como recurso. Inclui dimensões ecológicas e psíquicas, para as quais a epistemologia mecanística inerente à lei clássica da oferta e da procura não tem sensibilidade. No mesmo sentido, o argumento em favor das estratégias de crescimento zero é, em grande parte, uma admissão da bancarrota da presente configuração do sistema de mercado. Entendo, contudo, que limites às atuais atividades do mercado não representam, necessariamente, limites ao crescimento. Há abundância de recursos e substancial capacidade produtiva que permanecem ociosas, graças à falta de adequado esquema teórico para organização dessas potencialidades. Do ponto de vista paraeconômico, os recursos são infinitos e não há limites ao crescimento. Ironicamente, a tese dos limites ao crescimento pode muito bem representar a oportunidade para revelação de um vasto horizonte de possibilidades para uma explosão de crescimento, tanto em termos de produção quanto de consumo (GUERREIRO RAMOS, 1981, p.181).

Após apresentarmos a interface das teorias de Guerreiro Ramos com as ciências socioambientais, cabe agora apontar de maneira sucinta as contribuições do autor para a construção do campo de estudo do ecodesenvolvimento.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado na introdução deste ensaio, temos como objetivo a identificação de conexões entre as teorias de Alberto Guerreiro Ramos e o enfoque do ecodesenvolvimento. Para tanto, abordamos inicialmente o debate sobre meio ambiente e desenvolvimento para a construção do ecodesenvolvimento. Após contextualizarmos brevemente as propostas de Alberto Guerreiro Ramos, a tarefa seguinte foi realizar um diálogo entre autores que aproximaram as teorias de Guerreiro Ramos à problemática ambiental (BOEIRA 2002a; MOREIRA, 2004; TONET, 2004; SOUZA LIMA, 2005; CARELLI; MENEGASSO, 2005; FERNANDES, 2007; GAGLIETTI, 2008; BESEN, 2010).

Promovemos assim, de forma indireta, um diálogo entre Guerreiro Ramos e autores clássicos da ciência socioambiental tais como Ignacy Sachs, Edgar Morin, Enrique Leff, Fritjof Capra, Humberto Maturana, Francisco Varela, Ernst Friedrich Schumacher, Ivan Illich, Nicholas Georgescu-Roegen, Patrice Sauvage, Benoît Lévesque, Bernard Pecqueur, Jean-Paul Carrière, Ademir Cazella e Paulo Freire Vieira. Com base neste diálogo transdisciplinar, pudemos elaborar um quadro-resumo com as principais contribuições de Alberto Guerreiro Ramos ao ecodesenvolvimento (Quadro 1).

Longe de esgotar o assunto, nosso artigo tem um duplo papel: por um lado, resgatar a obra de um grande intelectual brasileiro que a academia insiste em ignorar; por outro, lançar mais um tijolo no edifício teórico do ecodesenvolvimento através das contribuições de Alberto Guerreiro Ramos ao campo de estudos. Consideramos que ambas temáticas são extremamente necessárias para a Ciência da Administração, e no entanto ainda permanecem pouco estudadas na área.

Esperamos assim que nosso trabalho inspire outros pesquisadores a adotar a abordagem substantiva da teoria das organizações em seus estudos e, desta forma, contribuir para a promoção do ecodesenvolvimento, bem como para a redenção de Guerreiro Ramos, um autor que continua sendo sumariamente ignorado pelas correntes majoritárias da ciência brasileira – apesar de ser considerado um dos sociólogos mais influentes do século XX, clássico da economia política e articulador de uma ciência humana transdisciplinar e sistêmica.

**Figura 2 – Contribuições de Alberto Guerreiro Ramos ao ecodesenvolvimento**

<b>A) Críticas à modernidade</b>
• Combate à sociedade centrada no mercado
• Denúncia das bases epistemológicas da ciência moderna
• Caracterização da ciência como legitimadora da sociedade centrada no mercado
• Inconformidade com modo de vida urbano-industrial e o trabalho como única forma de ocupação reconhecida social e economicamente
• Denúncia do discurso da escassez de recursos como legitimadora de uma política economicista que agrava o problema socioambiental
• Críticas aos pressupostos iluministas presentes na teoria de Karl Marx
• Repúdio à colocação inapropriada de conceitos
• Preocupação com a socialização, entendida como constrangedora para a autorrealização humana
<b>B) Proposta de alternativa social e econômica (paradigma paraeconômico)</b>
• Necessidade de uma nova consciência ou racionalidade
• Imposição de limites ao crescimento econômico
• Ciência compreendida como equilíbrio entre razão e intuição
• Utilização parcimoniosa dos recursos não-renováveis
• Uso de tecnologias limpas
• Seres humanos como agentes de transformação socioambiental
• Valorização de conhecimentos não-científicos
• Concepção diferenciada de espaço e tempo
• Decisões por consenso através do debate racional entre os atores sociais envolvidos
• Formas alternativas de ocupação, emprego e renda
• Novas formas organizacionais
• Preocupação ecológica
• Finitude das necessidades humanas
• Novos critérios e indicadores de desenvolvimento para além do econômico
• Articulação equilibrada do trinômio economia-estado-sociedade civil
• Redução sociológica da ciência socioambiental proveniente do exterior
<b>C) Posição relativa no campo de estudos do ecodesenvolvimento</b>
• Considerado um clássico da economia política
• Fez a travessia transdisciplinar e sistêmica entre ciências naturais, humanas e sociais.

**Fonte:** autores, com base em Guerreiro Ramos (1981), Boeira (2002a; 2002b); Moreira (2004); Tonet (2004); Souza Lima (2005); Carelli e Menegasso (2005); Fernandes (2007); Gaglietti (2008) e Besen (2010).

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BESSEN, F. As fenomenias e a economia plural: o olhar da gestão na dimensão territorial. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2010.
- BOEIRA, S. L. Ecologia Política: Guerreiro Ramos e Fritjof Capra. Revista Ambiente & Sociedade, ano V, n.10 (1º semestre de 2002), São Paulo, 2002a.
- BOEIRA, S. L. Saber ambiental. Revista Ambiente & Sociedade, ano V, n.10 (1º semestre de 2002), São Paulo, 2002b.
- CAPRA, F. O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo, Cultrix, 1982.
- CARELLI, M. N.; MENEGASSO, Maria Ester. A profissionalização da gestão ambiental pública: bases epistemológicas. Anais do X Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Santiago, Chile, 2005.
- CMMAD. COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1988.
- FERNANDES, V. A dimensão ambiental em organizações produtivas: uma análise da racionalidade da economia de comunhão (edc). Tese (Doutorado em Engenharia Ambiental) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- GAGLIETTI, M. Guerreiros Ramos e o paradigma da autopoiese: um anúncio na história intelectual brasileira. Anais do IX Encontro da Associação Nacional de História. Porto Alegre, 2008.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações. Rio de Janeiro. FGV, 1981.
- \_\_\_\_\_. Modelos de homem e teoria administrativa. Caderno de Ciências Sociais Aplicadas, n.3 (Dezembro/2001). Curitiba: PUC-PR, 2001.
- MOREIRA, G. M. de P. Por uma ecologia social: uma aproximação da noção de desenvolvimento aos princípios éticos do desenvolvimento humano durável. Tese (Doutorado em Psicologia) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- SACHS, I. Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática de desenvolvimento. São Paulo. Cortez, 2007.
- SOUZA LIMA, J. E. As racionalidades substantivas no debate socioambiental e na gestão das águas: indagações epistemológicas. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.
- TONET, R. S. Fenonomias, Economia Plural e Desenvolvimento Local: Um estudo na Feira de Artesanato do Largo da Ordem em Curitiba – PR. 2004. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.
- VIEIRA, P.H.F., BERKES, F. e C.S. SEIXAS. 2005. Gestão Integrada e Participativa de Recursos Naturais: Conceitos, Métodos e Experiências. APED, Florianópolis.